

ABI critica no CDDPH a anistia por só beneficiar um quinto dos punidos

Brasília — O representante da ABI no Conselho de Defesa dos Direitos de Pessoa Humana, Barbosa Lima Sobrinho, criticou a anistia concedida pelo Presidente Figueiredo em 1979 por achar que ela beneficiou apenas uma quinta parte das pessoas punidas pelos atos institucionais:

— Não se pode denominar de anistia algo que deixa de fora os pequenos, os operários, as praças de pré, os marinheiros e fuzileiros navais, cabos de Aeronáutica, os malconhecidos funcionários da Petrobrás e de outras empresas, que se havia deixado levar pela persuasão dos comandantes ou dos chefes de maior categoria.

"NÃO SE DESVIRTUE"

O Sr Barbosa Lima Sobrinho entregou um documento ao presidente do Conselho, Ministro Ibrahim Abi-Ackel, pedindo seu empenho para que a lei da anistia "não se desvirtue numa execução inspirada nas restrições e ressentimentos de comissões subalternas".

Levantamento feito pela ABI mostra que o número de expulsos, demitidos ou afastados por outros motivos do Exército, Marinha e Aeronáutica, no corpo de Fuzileiros Navais e PMs atinge 6 mil 639 pessoas, dos quais 34 oficiais retornaram à ativa e 1 mil 60 foram reformados.

Tanto o conselheiro Barbosa Lima Sobrinho como o representante da Associação Brasileira de Educação, Benjamin Albagli, propuseram que o inquérito para apurar a morte do comerciante Francisco Rosário Barbosa, pela polícia do Rio de Janeiro, ficasse sob a autoridade do Poder Judiciário. O Sr Benjamin Albagli disse que as irregularidades praticadas pela polícia, e que são do conhecimento público, representam apenas a "ponta de um iceberg do desrespeito à pessoa humana". Citou como exemplo os casos de Marly e Aézio e concluiu com a seguinte pergunta: "Quem nos guardará de nossos guardas?"

CASO RUBEM PAIVA

O Sr Seabra Fagundes, que participou pela última vez da reunião do conselho na qualidade de presidente da OAB, pediu a reabertura do inquérito para apurar o desaparecimento do Deputado Rubem Paiva, a 20 de janeiro de 1971. A mesma tese foi defendida pelo conselheiro Benjamin Albagli depois de criticar o parecer do conselheiro Benjamin Moraes Filho pelo arquivamento, sob a alegação de que a viúva pretendia contrair novas núpcias.

O Conselheiro Benjamin Albagli encaminhou ao Ministro Abi-Ackel cópia de uma carta assinada pela viúva do Deputado, Sra Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva, na qual refere-se a seu encontro com o Conselheiro Benjamin Moraes: "Como admitir", diz a carta, "que alguém que me recebera tão afavelmente em sua casa,

chamando-me, inclusive, irmã em Cristo, enquanto lamentava e solidarizava-se com os sofrimentos impostos à minha família, pudesse, a seguir, fazer declarações equivocadas, de conseqüências lastimáveis e prejudiciais à luta que tenho desenvolvido nesses últimos 10 anos".

O Conselheiro Seabra Fagundes apresentou também uma denúncia sobre as torturas sofridas, em Petrópolis, no início dos anos 70, por Inês Etienne Romeu. O assunto será discutido na próxima reunião, para inclusão em pauta.

CONTINUA O SIGILO

A reunião do CDDPH decidiu por maioria de votos apenas três assuntos: continuará sendo sigilosa, a pauta de cada encontro será enviada com antecedência a cada conselheiro e os jetons, de Cr\$ 3 mil 700, continuarão a ser pagos por cheques nominais durante a reunião e não, como queria o Departamento de Pessoal do Ministério, através do Banco do Estado do Rio de Janeiro.

Todos os cinco temas constantes da pauta foram adiados, porque seus relatores não haviam preparado pareceres sobre o assunto, alegando falta de conhecimento. Os temas que deveriam ter sido discutidos durante a reunião de ontem eram os seguintes:

- problemas humanos e sociais na Baixada Fluminense;
- luta pela posse de terra em áreas rurais e urbanas, no Estado do Pará;
- ameaças à Promotora Helena Heluy, de São Luís do Maranhão;
- julgamento, pela Justiça Militar do Rio de Janeiro, de Giliarte Cardoso Coelho; e
- assassinato presumido do detento Francisco Leite Miranda por policiais de Dourados, em Mato Grosso.

Antes de iniciada a reunião, o secretário do Conselho, Euclides Mendonça, leu ao plenário ofício do líder do PMDB no Senado, Marcos Freire, explicando a decisão do Partido de não comparecer ao encontro. O PMDB alega que permanece inalterada sua posição assumida em 1971, quando houve a adulteração na lei de criação do Conselho, mudando sua composição e tornando as reuniões sigilosas.